
Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., III, 1, 189-194

Estilos da Clínica, IV, 7, 2º semestre de 1999

Dossiê “Leituras do autismo”

A revista *Estilos da Clínica*, publicada pelo Instituto de Psicologia da USP traz, em sua edição do segundo semestre de 1999, um grupo de artigos que tratam sobre a questão psicopatológica e a clínica do autismo. O conjunto é formado por dez trabalhos de diferentes autores que investigam o autismo a partir da perspectiva psicanalítica. Uma resenha pormenorizada de cada um desses escritos fugiria ao âmbito dessa seção. Dessa forma, apresentaremos aqui apenas um apanhado temático geral dos textos, de modo a situar o teor da publicação e encorajar o leitor a reportar-se diretamente aos originais.

O primeiro artigo é do psicanalista argentino Ricardo Rudolfo que discute os períodos intermediários do tratamento psicanalítico com crianças autistas: “... aqueles nos quais coexistem e/ou alternam-se os fenômenos patológicos originais com incipientes – e alentadoras – modificações, fazendo retroceder aquelas pouco a pouco e aos saltos” (p. 11). Retomando a distinção estabelecida por Frances Tustin entre objetos autistas e figuras autistas, o autor descreve o acompanhamento clínico de um menino autista de quatro anos de idade, mostrando como foi possível o gradual abandono dessas “figuras” – que visavam o estabelecimento de uma forma de identidade pela repetição de práticas corporais estereotipadas – por meio de intervenções *de provocação* visando instituir uma zona de superposição de jogo (as do analista com as do paciente).

Leda Mariza Fischer Bernardino escreve um interessante trabalho no qual revisa um grande número de contribuições



lacanianas sobre o tema, para propor – a partir da ilustração de um caso clínico – que a “escolha autista, enquanto fechamento para a função do Outro” seria tributária de um tempo de espera de um interlocutor. Essa condição expectante constituiria “um lugar privilegiado para o tratamento psicanalítico”.

Manoel Tosta Berlinck trata do autismo como um paradigma do aparelho psíquico. Partindo da constatação de que o autismo, enquanto “doença”, é um fato clínico relativamente raro, mas que desperta mesmo assim um interesse teórico muito grande, o autor buscará elucidar o enigma da fascinação exercida por esse quadro por uma perspectiva que articula o filogenético com o ontogenético. Berlinck considera, na mesma linha de Frances Tustin, que o autismo constitui um estado primitivo da mente, situado no limite entre o natural e o humano. Sendo o autismo primitivo, “ele é contemporâneo da constituição do aparelho psíquico no humano”. Tal estado originário não seria abandonado pelas transições graduais, mas por algo da ordem da “catástrofe”, que introduziria a representação e fundaria o psiquismo: “É essa identificação primitiva com a natureza irrepresentável que encontra, no autismo, um importante e complexo testemunho da natureza psicopatológica filogenética do humano”.

Do ponto de vista clínico, tratar-se-iam de crianças concebidas como “filhos naturais”, não marcados pela cultura. Essa falha em despertar na criança o desejo pela cultura e pela inscrição cultural produziria o autista, o qual “permanece ligado à natureza, ou seja, a um mundo sem representação.”

Philippe Willemart, baseando-se no trabalho de Maria Cristina Kupfer na *Pré-escola Terapêutica Lugar de Vida*, busca mostrar as diferenças entre autismo e psicose. Avançando com grande rigor teórico, o autor discute os limites que se deve dar, no contexto epistemológico contemporâneo, a um pensamento estritamente estrutural no campo da psicopatologia.

O artigo “Transferência e interpretação na clínica com crianças autistas e psicóticas”, de Ângela Vorcaro, discute “a especificidade da posição da criança na linguagem e, conseqüentemente, a singularidade da posição transferencial do analista, nessas condições”. Por meio de uma consistente abordagem teórica dos pressupostos da clínica psicanalítica com crianças, a autora propõe que o autista recebe a demanda do Outro como negativa direta e que o que está em jogo na análise desses indivíduos “é a constituição de uma defesa contra o real – constituir um sujeito, a partir do alojamento do analista na posição de Outro Primordial, que opera sobre o *continuum* de gozo em que a criança está encravada no discurso do Outro”.

Alain Varnier, em seu artigo “Breves apontamentos sobre o autismo” concebe esse estado como uma condição defensiva, na qual “a criança obtura a fenda existente entre ela própria e a mãe, constituindo-se como objeto que completa o fantasma do outro”.

Já Nina Virgínia de Araújo Leite mostra em seu trabalho intitulado “Autismos”, a importância da distinção entre os planos fenomenológico e estrutural para que se possa conceber a direção da cura nesses casos. A autora explica que o plural inscrito nesse título visa justamente ressaltar a heterogeneidade entre a estrutura e suas atualizações. Partindo da feliz expressão de Contardo Calligaris que define o autismo como “a recusa a ser”, Nina Leite retoma “a indicação de Lacan de que o sujeito é uma resposta do real ao significante, resposta que pode ser de aceitação ou de recusa”, para sustentar que “no autismo, o que faz signo ao Outro é a recusa”. Daí decorre uma clínica que não pode mais se sustentar do assujeitamento ao significante, mas que, antes, deve poder conceber “as formas em que a ausência da captura do vivo pelo significante se impõe”.

“Tratar sem fim as crianças autistas?” é a questão que se colocam Jeanne Marie Costa Ribeiro e Márcia Gaspar Gomes. O trabalho parte de uma reflexão sobre a experiência institucional das autoras com crianças autistas, que as conduz à constatação de que nesses casos “o que parece insuportável é a demanda, a iniciativa do Outro.” A entrada no autismo, segundo elas, seria uma das formas de se enfrentar essa confrontação ao inaceitável da iniciativa do Outro, que se coloca a todos os humanos. A solução autista seria a de defender-se de ser tragado pela demanda do Outro pela recusa ao contato e buscando controlar seu mundo imediato de forma absoluta. O artigo termina com uma discussão sobre os critérios e as dificuldades para a saída da instituição, interrompendo aquela forma de tratamento continuado com aquela equipe. Para tanto, deve-se levar em conta tanto o caráter precário das melhoras obtidas, quanto a necessidade de que todos aceitem a condição de falta que implicará separação.

Maria Cristina Kupfer propõe em seu artigo “Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos” que o diagnóstico diferencial entre essas duas entidades clínicas deve superar a dicotomia organogênico/psicogênico, tão em voga nos tempos atuais. A autora mostra que Freud recusa situar a explicação da psicopatologia humana em um ou outro dos pólos dessa díade, concebendo, antes, um plano propriamente simbólico que precede a interação entre eles. Passa a falar, então, de uma “permeabilidade do biológico ao significante”, como forma de evitar a proposta de uma epistemologia híbrida que buscasse dar conta de uma possível articulação desses dois planos.

A segunda parte de seu texto investiga mais especificamente o diagnóstico diferencial psicose/autismo, chegando à proposição seguinte, inspirada no ensino de Lacan: “O autista está fora do campo da linguagem, enquanto o psicótico está na linguagem, mas fora do discurso”.

O dossiê se completa com a transcrição de uma apresentação de caso de uma criança atendida no *Lugar de Vida* e supervisionada por Alfredo Jerusalinsky.

Revista Brasileira de Psiquiatria traz atualização em “Genética Psiquiátrica”

O número de outubro de 1999 da *Revista Brasileira de Psiquiatria* reúne uma série de artigos que estabelecem o estado atual dos conhecimentos no campo da genética psiquiátrica. Temas como a esquizofrenia, o autismo, o transtorno afetivo bipolar e o comportamento impulsivo-agressivo, entre outros, são discutidos de forma clara e didática, de modo a fornecer aos não-especialistas uma visão contemporânea sobre a contribuição da genética nesses campos.

O conjunto ressenete-se da falta de um artigo geral sobre as metodologias e técnicas de pesquisa atualmente empregadas em genética psiquiátrica, embora estas estejam descritas, ainda que de forma sucinta, no interior de alguns dos trabalhos.

192

“Suggestive evidence of a locus on chromosome 10p using the NIMH genetics initiative bipolar affective disorders pedigrees”

T. Foroud et alli.

American Journal of Medical Genetics (Neuropsychiatric Genetics),
96, 18-23, 2000

Mais um gene candidato a participar da etiologia do “Transtorno afetivo bipolar”

Também o *American Journal of Medical Genetics* dedica um número especialmente à genética neuropsiquiátrica. Entre os vários artigos ali reunidos destaca-se o de Tatiana Foroud e cols., intitulado “Suggestive evidence of a locus on chromosome 10p using the NIMH genetics initiative bipolar affective disorders pedigrees”. Esse trabalho – que faz parte de um estudo de quatro centros de pesquisa

do National Institute of Mental Health, dos Estados Unidos – realizou uma varredura genética usando 365 marcadores, em 540 DNAs de 97 famílias de sujeitos diagnosticados como transtorno afetivo bipolar.

O resultado mais importante obtido foi a forte correlação da afecção com o cromossoma 10, em seu locus próximo ao marcador D10S1423. Essa região foi previamente implicada em estudos de genoma na esquizofrenia e no transtorno bipolar.

O trabalho mostra que, tal como ocorre com a maior parte das doenças complexas, a literatura sobre a genética do transtorno bipolar tem indicado a participação de inúmeras regiões cromossômicas, sugerindo heterogeneidade genética e a implicação de fatores não-genéticos no desenvolvimento dessa psicopatologia.

Percurso, nº 23, 1º semestre de 2000

Revista *Percurso* publica três artigos sobre o estatuto do corpo

193

A *Revista Percurso* do primeiro semestre de 2000 publica três artigos particularmente interessantes para aqueles que se preocupam com as relações do corpo com a psicopatologia. O primeiro, intitulado “Os diferentes discursos na instituição hospitalar”, de Maria Laurinda Ribeiro de Souza, discute o problema da medicalização do sofrimento e do corpo e da desqualificação do discurso do doente a partir da análise de situações concretas do trabalho de equipe multidisciplinar em um contexto hospitalar. Ricamente ilustrado com passagens da clínica hospitalar cotidiana, o trabalho mostra, numa leitura fortemente marcada pelo pensamento de Foucault, os impasses a que se chega quando a medicina é utilizada como forma de abafar as manifestações da subjetividade e, sobretudo, da sexualidade.

“A hipocondria do sonho e o silêncio dos órgãos: o corpo na clínica psicanalítica”, de Maria Helena Fernandes, retoma dialeticamente a noção de saúde como “silêncio dos órgãos” e a necessidade de se estar sensível aos movimentos e manifestações do próprio corpo, correlativa de um adequado investimento narcísico herdado do Outro dos primeiros cuidados corporais. Este Outro tinha a função de fazer passar o corpo simplesmente vivido para a ordem de um corpo falado, e, daí, investido libidinalmente.

Recorrendo a Freud, em sua observação do caráter hipocondríaco dos sonhos, os quais permitiriam identificar uma doença antes mesmo de sua manifestação clínica,

a autora coloca em relação “o excesso de sinais somáticos dos hipocondríacos e a completa ausência desses sinais em alguns pacientes organicamente doentes”, fazendo decorrer daí uma vigorosa leitura que delimita o corpo na clínica psicanalítica objeto investido libidinalmente e organizado pela fala provinda do Outro. No plano da transferência, “o sujeito só pode mostrar seu corpo através dos processos psíquicos, isto é, através da palavra, é a escuta do analista que pode acolher a emergência do evento somático na vida do paciente, reinventando-lhe uma trama.”

Finalmente, Andrea Giovannetti retoma a especificidade da noção de *Schmerz* no pensamento freudiano para tratar de seu estatuto em “A dor como fenômeno psicanalítico em Freud” .